

A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS COMO MODELO DA FORMAÇÃO DO TRABALHO DE “NOVO TIPO”

Eixo: Marxismo, Educação e Luta de Classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Stephanie Barros Araújo¹

Pedro Rafael Costa Silva²

RESUMO

O espriamento do discurso da competência dentro dos espaços coletivos formais vem se tornando uma constante. Aqui nos dedicamos a investigar como esse movimento se processa dentro das escolas. Reportamo-nos especialmente às implicações que o fenômeno em pauta pode ter no processo de formação cognitiva primária das crianças e dos jovens inseridos em espaços intelectualmente permeados por ideologias elitistas. Posto isto, discutiremos como o modelo da competência estará profundamente interligado, dentro do campo educacional, a ‘*Pedagogia das Competências*’ interferindo na formação dos trabalhadores e de seu ‘*Trabalho de Novo Tipo*’. A pesquisa aqui apresentada é de cunho teórico – bibliográfica, partiremos de autores como MARX (2009); PANIAGO (2001); TONET (2005,2006); NOMERIANO (2007); ANTUNES (2008, 2009); MÉSZÁROS (2008); SANTOS, JIMENEZ, MENDES SEGUNDO (2011); e FRERES (2008). Utilizaremos também a análise de documentos pertinentes ao estudo da temática, como a Lei de Diretrizes e Bases de Educação (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal nº 2.208/97. Sob essa perspectiva e ancorados no referencial bibliográfico citado durante esse estudo, buscaremos encontrar mecanismos que possibilitem uma educação de um homem livre das diretrizes estruturais do capital.

Palavras – chave: Pedagogia das Competências, Trabalho de Novo Tipo, Capitalismo, Crise Estrutural do Capital.

ABSTRACT

The spreading of the discourse of competence within formal collective spaces is becoming a constant. We are dedicated to investigate how this movement happens within schools. We refer especially to the implications that the phenomenon in question can have on the primary cognitive development of children and youth placed in spaces permeated with intellectually elitist ideologies process. We will discuss how the model of competence is deeply intertwined within the educational field, the 'Pedagogy Skills' interfering in employee training and its 'New Type of Work'. The research has theoretical nature - literature, based from authors as MARX (2009); PANIAGO (2001); TONET (2005,2006); NOMERIANO (2007); ANTUNES (2008, 2009); MÉSZÁROS (2008); SANTOS, JIMENEZ, MENDES SEGUNDO (2011); and FRERES (2008). We wil also use the analysis relevant to the study of thematic documents, such as the Law of Guidelines and Bases of Education (Law 9.394/96) and the Federal Decree No. 2.208/97. From this perspective and anchored in the bibliographic references cited in this

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integrante do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO. teh_barros@yahoo.com.br.

² Mestrando do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integrante do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO. pedrorafaelce@hotmail.com

study, we will try to find mechanisms that enable an education of a free man of the structural guidelines of the capital.

Keywords: Pedagogy Skills, New Type of Work, Capitalism, Structural Crisis of Capital.

Introdução

No presente estudo trataremos acerca da função dada a escola, que por sua vez, será utilizada como aparelho ideológico das ideias propagadas pelo sistema capitalista. É necessário compreender que o trabalho e a educação se relacionam dentro do processo de formação humana, visto que a educação é um complexo fundado pelo trabalho. Veremos a seguir, como a educação se apresenta sob a égide do trabalho estranhado, e como o modelo de “competência” vem ganhando espaço para a formação de novos trabalhadores.

Competência é a ocupação experta do espaço de autonomia devolvido (reconhecido) ao assalariado, espaço de indeterminação, de não-prescrição, que a ação do indivíduo ou do grupo ‘competente’ deve preencher; competência é também a expressão de capacidades individuais, singulares, no seio de um conjunto coletivo. (Zarifian *apud* Nomeriano, 2007, p.43)

Frequentemente, ouvimos as expressões “competência” e “ser competente”, principalmente voltado para o mercado de trabalho. No entanto, a entrada, e a cobrança por tal eficiência está ganhando um espaço e apresentando-se na vida dos indivíduos desde cedo, por meio da escola, e da própria visão que os pais têm de criarem seus filhos, e dá-los a oportunidade de terem um ensino com o foco em conseguirem alcançar o topo mais alto da pirâmide social. As escolas estão investindo maciçamente nas propagandas e nas contratações de profissionais que tragam esse retorno que a sociedade tanto busca da “eficiência”, deixando amiúde a formação ontológica dessas crianças e jovens, que estão reproduzindo e se mecanizando para atender as demandas do mercado de trabalho. Não se trabalha mais com a formação do ser crítico (conhecimento aprofundado da realidade social circundante), mas sim com a formação de novas pessoas que supram postos de trabalho.

Partindo desta premissa, discutiremos como o modelo da competência estará profundamente interligado, dentro do campo educacional, e de que maneira a ‘Pedagogia das Competências’ irá interferir na formação dos trabalhadores e de seu ‘Trabalho de Novo Tipo’. Para isso, é necessário compreender como essa modalidade ganhou força, qual a sua função real, a quem esta realmente está a favor: se da ‘*classe – que – trabalha*’ e que busca formas de melhorar sua condição de existência dentro da ‘*pirâmide desumanamente social*’, ou se

esta busca apenas fortalecer laços e contribuir na exploração dos ‘operários-massa’, e o que significa a competência para o trabalhador e o dono dos meios de produção. Em Santos; Jimenez; Mendes Segundo (2011), observa-se que a escola cada vez mais, toma para si a responsabilidade de solucionar disfunções oriundas da própria contradição do capital, que tem como principal consequência o que conhecemos por desemprego estrutural³.

Em meados da década de 1960, ocorre na cidade de St. Louis, nos Estados Unidos, o *American Economic Association*, que foi palco da Conferência: Investimento em Capital Humano. Nesta, Theodore Schultz, defendeu as ideias de que ‘a educação torna as pessoas mais produtivas’; o uso adequado do “Capital Educacional” – que se entende por uma utilização maior de verbas em educação; e afirmou que a abundância econômica em determinadas sociedades desenvolvidas não se dará pelo “acréscimo da terra de homens/hora, mas sim, pelo capital físico/reproduzível” (SANTOS; JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2010). Apontou que através da proposta do ‘capital humano’ os investimentos teriam um maior crescimento real, e assim, aumentaria os rendimentos destinados ao trabalhador. Entretanto, é necessário que se leve em consideração a análise de que,

Se o principal problema econômico na sociedade industrial é o capital, na sociedade pós-industrial é a organização e o aproveitamento social da ciência. As relações sociais e os conflitos não ocorrem mais na empresa, entre o capital e o trabalho, mas transferem-se para sistemas que planejam e decidem aplicando o conhecimento, isto é, para as estruturas burocráticas. Trata-se de produzir serviços – conhecimento imediatamente utilizável – que atendam, em última instância, à produção de bens, pois é no setor de serviços que está alocada a força de trabalho mais qualificada da sociedade (DELUIZ *apud* SANTOS; JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2010, p.7).

Paralelo a isto, existem novas demandas de um ‘novo tipo de trabalhador’ e a própria tecnologia que avança constantemente, necessita formar pessoas que tenham o espírito ‘empreendedor’, que sejam polivalentes onde atuem, sejam flexíveis, criativos e, principalmente, ‘competentes’. O medo de estar mergulhando em uma sociedade onde o desemprego é tão massivo, tendência as pessoas a viverem apenas para o trabalho e a busca do saber – não o saber pelo conhecer, mas o saber pragmático. Santos; Jimenez; Mendes Segundo (2011) apontam ainda que o paradigma da chamada sociedade do conhecimento fará uma combinação harmoniosa com os pressupostos do determinismo tecnológico, onde estes defenderão o sujeito como ser autônomo das transformações que marcam a sociedade

³ “[O desemprego] já não é limitado a um ‘exército de reserva’ à espera de ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase de expansão do sistema [...] A grave realidade desumanizante do desemprego assumiu um caráter *crônico*, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acrílicos do capital, como ‘desemprego estrutural’ [...]”. (SANTOS, JIMENEZ, MENDES SEGUNDO, p.4)

contemporânea. Nomeriano (2007, p.59) esclarece que, “O *conhecimento* está ligado ao *saber* simplesmente. A *habilidade* refere-se ao *saber fazer* relacionado a com a prática do trabalho. O *saber ser* é expressado no *valor*, na atitude relacionada com o julgamento da pertinência da ação”.

Antes de qualquer observação mais específica, é preciso compreender que o modelo de competência se difere da qualificação. A primeira refletirá a contradição existente entre execução e concepção/controle do trabalho e a segunda, é o que permite a cooptação do indivíduo (e suas características comportamentais) aos valores empresariais. Salientamos ainda que, a competência passou por “cinco” grandes momentos com o fim do período conhecido como “idade de ouro⁴”: Na década de 1960 e iniciando a de 1970, o conceito de empregabilidade⁵ estará atrelado a chance de acesso ao mundo do trabalho por meio de diplomas e certificados que garantam os conhecimentos necessários para assumir o posto pretendido. Através deste, seriam estabelecidas as funções de modo hierárquico “uma vez que a produção em massa operava com um grande número de trabalhadores desqualificados” (MACIEL *apud* NOMERIANO, 2007, p.52).

No início da década de 1970, com a autonomia individual, em meio à crise estrutural, a empregabilidade sofrerá modificações em seu conceito e será posta de acordo com Leite (*apud* Nomeriano, 2007, p. 52) como a “capacidade de mão de obra se manter empregada ou encontrar novo emprego quando demitida”, com isso, abre-se espaço para os trabalhos autônomos.

Nos anos 1980, com a saída da crise econômica, e o modelo taylorista em uma crise com a racionalização do trabalho, novas estratégias terão de ganhar força, e é neste espaço que a ideia de tecnologia surge, através da informática. O próprio Estado Neoliberal aponta os primeiros indícios de uma “nova era”; na primeira metade da década de 1990 e em seu final,

⁴ “Esses quatro grandes momentos surgem quando acaba o período conhecido por “idade de ouro”, referencia, na França, aos trinta anos de crescimento econômico constante dos países industrializados, entre o final da segunda guerra mundial e a crise do petróleo em 1973” (Nomeriano,2007, p.42)

⁵ “[...] empregabilidade, na forma como se expressa atualmente, deriva do inglês *employability* e tem como grande representante, no Brasil, o consultor e empresário José Augusto Minarelli. Desde os anos de 1990, este é um termo utilizado nas atividades empresariais e frequentemente proferido fora do âmbito empresarial para justificar um momento histórico determinado em que o trabalho precarizado e fetichizado tende a se agudizar, e o desemprego, a aumentar. De acordo com essa ideologia, os indivíduos devem estar em constante formação para se manterem sempre multiquificados e, assim sendo, aptos a concorrer a uma vaga no mercado de trabalho. Neste caso, a essência da questão não é desvelada (e nem poderia ser), e poucos são os pesquisadores que tecem uma crítica ontológica sobre o assunto.” (FRERES, 2008, p.9)

houve uma presença maior do Neoliberalismo no Brasil , com o governo Collor e os dois governos posteriores sob a figura de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

A ideologia da empregabilidade dispersa os trabalhadores o caminho do “salve-se quem puder”, fazendo com que eles se percebam enquanto indivíduos concorrentes e não mais como vinculados por uma classe com os mesmos interesses. Tal fato contribui muito com o deslocamento do conflito entre classes antagônicas (capital e trabalho) para o conflito intraclasse, ou seja, entre os próprios trabalhadores (NOMERIANO, 2007, p.53)

Em face disto, a tática empresarial estará apontada para uma valorização da qualidade dos produtos ofertados dentro do mercado, onde existirá uma ‘personalização’ da relação com os clientes, uma ‘complexificação’ do desempenho, que podem ser entendidos por meio de cinco pilares: CUSTO – QUALIDADE – FLEXIBILIDADE – PRAZO – INOVAÇÃO, em que as equipes de base ficarão incumbidas de responder aos aumentos da complexidade do desempenho.

A noção do ser competente⁶ surgirá como resposta as novas formas de produção, distinta dos modelos produtivos ancorados nos postos de trabalho rigidamente estabelecidos. A finalidade será a redução dos gastos com o capital variável, racionalizando-os no período de atual acumulação capitalista em crise. Na lógica do capital, novos valores serão exigidos na formação desses ‘novos trabalhadores’, que estão subordinadas às atuais necessidades competitivas da empresa. O novo profissional deverá se mostrar cooperativo, proativo, ter um espírito de trabalho em equipe e assim, adaptar-se aos novos interesses do capital.

[...] para o modelo da competência, ser competente nas atuais relações produtivas, “frente a precariedade do trabalho e da política de emprego, seria a pessoa que melhor se engaja na política da empresa – ‘veste a camisa da empresa’ – que não se opõe à intensidade do ritmo de trabalho, à flexibilidade de contrato de trabalho. (ALANIZ *apud* NOMERIANO, 2007, p.48)

⁶ Dentro da educação o termo competência para a profissionalização do individuo só ganhará força com a Resolução CNE/CEB nº 08, de dezembro de 1999. Nesta ficará explícito que:

“Art. 6º - Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Parágrafo único. As competências requeridas pela educação profissional, considerada a natureza do trabalho, são as :

I - competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio;

II - competências profissionais gerais, comuns aos técnicos de cada área;

III - competências profissionais específicas de cada qualificação ou habilitação.” (BRASIL,1999)

Outro ponto está na diminuição do foco na escolarização, pois como apontará Nomeriano (2007) o aprendizado se tornará contínuo, e o local de trabalho será posto como o *locus* do processo de formação profissional, apesar de este não estar concebido dentro do modelo das competências. Nele não serão aplicados os saberes formalizados, e sim, servirão de espaço para a formalização de saberes ditos práticos.

A educação, a partir disso, será vista como a garantia de se conseguir um bom emprego e um salário compatível para o ‘viver bem’. Além de já ter sido posta como mediadora de conflitos sociais, como vimos anteriormente, esta trará para cada indivíduo a ideia de que o mesmo é responsável por sua inclusão e melhora de vida, através do trabalho que obterá.

Smith (*apud* Marx, 2009, p.49) coloca: “o preço de mercado de todas as coisas cai quando mais sua quantidade aumenta”, no caso temos muitos trabalhadores, para ‘muitos empregos’, que atendem apenas as características de poucos, os mais especializados concomitantemente, aqueles que tiveram melhores chances de obterem uma escolarização de qualidade, já que o ensino ofertado para a maioria das pessoas (os filhos dos trabalhadores) através do Estado, não proporciona uma condição material de os profissionais trabalharem, muito menos de uma criança aprender, afinal, para que o capitalismo investir na educação de qualidade do filho do trabalhador? Para que formar o ser crítico, sendo que o mesmo poderá se voltar contra os interesses hegemônicos? Zarifian (*apud* Nomeriano, 2007, p.41-42), afirma que,

Todos sabemos que a qualificação é uma construção social cujo objetivo é qualificar os indivíduos assalariados, tanto do ponto de vista do modo de apreciação da relação, mantida no que se espera deles (seu ‘trabalho’), quanto do ponto de vista da hierarquia na escola dos estatutos sociais e dos salários. A competência é uma nova forma de qualificação, ainda emergente. É uma maneira de qualificar. O assalariado é duplamente qualificado: em relação à sua contribuição para eficiência de um processo de produção e a seu lugar na hierarquia salarial. A questão é saber de qual maneira se trata. Da mesma forma que o que temos chamado de ‘qualificação’ em geral, refere-se, na realidade, a um modo histórico particular e sempre dominante: o da qualificação pelo posto de trabalho (pudicamente chamada de ‘qualificação do emprego’ ou, simplesmente, ‘qualificação’). Portanto, não se deve fazer nenhuma distinção conceitual entre competência e qualificação, a não ser para dizer que o modelo da competência específica, hoje, de maneira nova, a construção da qualificação.

Como podemos observar a aplicação dessa ideologia nas formulações práticas do Estado? A Lei de Diretrizes e Bases de Educação (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal

2.208/97, institui-se como bases para a reforma do ensino profissionalizante brasileiro, pontos que deixam explícitos o desejo de que preparação geral para o trabalho e, concomitantemente, a habilitação profissional poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. No artigo aponta ainda que essa modalidade de ensino deverá ser articulada com o ensino médio, e subsequente, dentro de cursos já direcionados a quem já tenha concluído o ensino médio, como aponta um dos artigos da Lei (9.394/96) e alterada nos dispositivos na Lei (11.741/2008),

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma. I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (BRASIL, 2008)

No artigo 36-D, deixará brechas no que tange à continuação da busca do conhecimento dos indivíduos, e os jogam diretamente para as ‘garras’ do mercado de trabalho, já que afirma que por meio ‘apenas’ dos cursos de educação profissional técnica este já possibilitará o ingresso e a qualificação para a obtenção do trabalho, pondo que a entrada na educação superior ficará a critério de cada pessoa, sendo esta responsável por sua escolha, e abstendo o Estado, de certa forma, de promover o ingresso e o ensino de qualidade nesta última, já que o fundamental, a base já foi fornecida. Logicamente, o Estado aproveita essas falhas cometidas pela lei que deveria assegurar o trabalhador, e não a classe do topo da pirâmide.

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.
Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2008)

Em “A educação do trabalhador, a pedagogia das competências e a crítica marxista”, Aline Nomeriano (2007), defenderá que houve, apesar da precarização do ensino dado aos filhos dos trabalhadores, uma melhora no que tange à universalização do ensino fundamental, com o projeto neoliberal, ancorada na expansão de oportunidades educacionais, atendendo o critério de idade média para fazer parte regularmente.

Com o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) houve uma municipalização do ensino, garantindo assim, a pré-escola e os anos iniciais do ensino fundamental. Por outro lado, ele mesmo, FUNDEB, que luta em prol de mais garantias do Estado para com a educação do trabalhador, terá papel primordial na desarticulação dos profissionais da área educacional. Com o governo Neoliberal.

A reforma universitária nos mostra que daqui a algum espaço de tempo, as universidades públicas estarão totalmente vendidas para o setor privado. Com isso, não teríamos mais o investimento nem o espaço para se dar ênfase à pesquisa, algo que é um dos pilares do ensino universitário: Bolsas de Pesquisa e Extensão, já que de todo modo, o Ensino, outro pilar a ser destacado, não mais atende as demandas de saber crítico, mas do saber cartesiano orientado, e que a escola é o último percurso rumo a independência social de cada pessoa.

É evidente, como aponta Frigotto (1995) em “Educação e a Crise do Capitalismo Real”, que a busca de profissionais com alto perfil de qualificação, que o tecnicismo apenas tem uma capa “humanista”, contudo, como conscientizar a classe trabalhadora de que existe algo de “podre” em todas essas boas intenções do Estado burguês.

A situação da educação e da formação é bastante crítica e isso não é recente. Cada vez mais o Estado precariza o tipo de ensino dado à classe trabalhadora, e oferece apenas o que lhe é vital a sobrevivência, ao passo que exige que desenvolvam-se competências para o mercado de trabalho. Custeia-se apenas o que gera lucro, e dada as circunstâncias, como conscientizar para luta os indivíduos, se a escola muitas vezes põe seus professores e conseqüentemente alunos, que crescem e reproduzem conceitos vistos outrora? Marx (2006, p. 44) já ratificava que, quanto menor era o tempo de formação profissional exigido por um

trabalho, menores seriam os custos de produção do operário, menor seria o preço de seu trabalho, de seu salário.

O preço do seu trabalho será, portanto, determinado pelo preço dos meios de existência necessários. O que aflige é o aumento da substituição de homens por máquinas, tendo em vista que, máquina produz os mesmos efeitos numa escala muito maior, ao impor a substituição de operários não especializados (MARX, 2006, p.65).

Ademais, Marx (2006, p.45) aponta que para seu funcionamento, a máquina necessita apenas de um homem, que tenha conhecimento para manuseá-la, e é para isso que a escola está formando seus alunos.

[...] o homem, como máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários para seu “próprio” sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que terão que substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a classe de trabalhadores. Além disso, tem de gastar uma soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade. Para o nosso objetivo, basta considerar apenas o trabalho “médio”, cujos gastos com educação e aperfeiçoamento são grandezas insignificantes.

Como vimos, a educação e a formação para a emancipação humana do trabalhador estão profundamente entrelaçadas a categoria trabalho, que se apresenta como complexo fundante do ser social. Destarte, entender como esta se condiciona sob os marcos do capital é fundamental para que possamos encontrar uma solução e enfim romper as barreiras impostas pela sociedade atual.

Nas três últimas décadas, o debate acerca do papel do Estado dentro das escolas tem sido constante. A comunidade lutou para que tivessem suas vozes ouvidas pelos governantes, e estes proporcionassem uma escola de qualidade para seus filhos. Quando analisamos o atual papel das instituições de ensino, percebemos que elas são mero aparelho do Estado, por meio dos seus programas, projetos, currículos, onde só é trabalhado o que satisfaz os interesses da burguesia, e só tem melhores oportunidades de crescimento aqueles que têm boas condições financeiras.

Por a responsabilidade na educação, frente ao sucesso ou fracasso dos indivíduos que desta desfrutam pode ser considerado uma injúria visto que, ela é um veículo – importantíssimo de propagação das ideias oriundas da classe dominante, isto é fato – e a

gênese da problemática vai muito além das paredes das instituições escolares: é construída diariamente na consciência coisificada dos trabalhadores.

Entendemos que formar para a emancipação está longe do que se promulga, com programas e cartilhas voltadas para a cidadania, consciência humana e ambiental, sustentabilidade e formação para a qualificação do trabalho. Na verdade, tudo isso, se mostra como uma máscara para que não seja percebido pela *classe-que-vive-do-trabalho* que nada está bem, e que o capital está destruindo suas criações: o homem, considerando como já explicitamos, a crise não atinge apenas o explorado, mas seu explorador, mesmo que o último sinta menos os impactos.

Marx (2006, p.65), havia constatado que, “Se a classe inteira dos operários assalariados fosse aniquilada pela maquinaria, que horror para o capital, o qual sem trabalho assalariado deixa de ser capital!”

Para os economistas filantropos, o verdadeiro significado da educação se constrói exatamente na formação do trabalhador, e nesse ínterim, caberão serem dispensados de suas funções, o consolo de serem “carnes e sangues” frescos para o capitalista onde “serão explorados e aos mortos será determinado que enterrem seus mortos”. Sendo assim, entendemos que a educação caminha ao passo da “carnificina”, e nós no papel de educadores, ao nos abstermos de contribuir para a mudança da consciência de nossos jovens, contribuimos para a miséria social em que se encontra a classe proletária.

No campo escolar, as reformas educacionais de hoje são consequências do processo de reestruturação pelo qual passa o capitalismo mundial sob a égide dos princípios neoliberais. Estas mudanças propostas buscam uma reforma educacional como um todo, tornando-se mais flexível e capaz de responder às demandas do capitalismo.

Desenvolver atividades, que tenham como objetivo o incentivo dos homens a participarem de modo ativo nas lutas sociais, articuladas de modo radical a mudança da sociedade e não apenas pautada na cidadania, é o primeiro passo. Entretanto, apesar de ideias transformarem mentes e assim dizer, trazer a essência humana à tona, através da consciência, isso não será suficiente se aliado à teoria, não existir a *práxis*.

Concluimos assim que, a razão para o fracasso de todos os esforços anteriores, que se destinavam a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais

lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital, consistia – e ainda consiste – no fato de as determinações fundamentais do sistema do capital serem irreformáveis. (MESZÁROS, 2008) A lógica no capital frente a área da educação deve substituir as forças onipresentes e profundamente enraizadas, por uma alternativa concreta abrangente.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2º edição, São Paulo, SP, Boitempo, 2009

_____. **Adeus ao trabalho?** :ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13º ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases. **Lei 9.394/96, artigo 37**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

FRERES.H.A. **A Educação e a Ideologia da Empregabilidade: Formando para o (Des)emprego**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2008.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

ISTVAN, M. **Educação para além do capital**. 2º ed revista. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K. **Manuscritos Econômico – Filosóficos**. 3º reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.

NOMERIANO, A.S. **Educação do trabalhador, a pedagogia das competências, e a crítica marxista**. Maceió, EDUFAL, 2007

PANIAGO. C. **A Incontrolabilidade Ontológica do Capital - um estudo sobre o Beyond Capital de I.Mészáros**. 2001.

SANTOS, D; JIMENEZ, S; MENDES SEGUNDO, M. D: **O ideário educacional competente no controle da crise estrutural do capital** . Cadernos PPGEUFES -1- 19.11.2010

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. **Educação e Formação Humana**. Ideação (Cascavel), v.8, p. 9-22, 2006